

SC9878

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA

P. O. Box 3243

Telephone: 517 700

Fax: 517844

website : www.au.int

**Vigésima Terceira Sessão Ordinária do
CONSELHO EXECUTIVO
19 - 23 de Maio de 2013
Adis Abeba, Etiópia**

**EX.CL/790(XXIII)
Original: Inglês**

**RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE
O MÉDIO- ORIENTE E A PALESTINA**

RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE O MÉDIO-ORIENTE E A PALESTINA

INTRODUÇÃO:

1. Nas suas sessões regulares, a Conferência da União Africana passou em revista a situação nos territórios palestinianos, os Montes Golã Sírios e as fazendas de Shabaa libanesas ocupados por Israel desde 1967, em conformidade com os princípios de solidariedade da África e do mundo árabe, em apoio à luta Palestiniana contra a ocupação, o colonialismo e o racismo. A mesma emite resoluções de apoio adequadas aos direitos dos árabes usurpados por Israel.

2. É oportuno fazer referência à Declaração e à Decisão da 20ª Conferência da UA realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Janeiro de 2013. A Conferência congratulou-se com a resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, concedendo ao Estado da Palestina o estatuto de Observador não-membro das Nações Unidas, e elogiou os Estados-Membros pela sua solidariedade com o pedido palestino, que constitui uma vitória política e diplomática e um passo rumo à realização completa do direito legítimo da Palestina para ser admitida como Estado membro de pleno direito das Nações Unidas, e que a paz não pode ser realizada sem a criação de um Estado Palestino independente, soberano e viável na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, com Jerusalém Oriental como sua cidade capital, de conformidade as fronteiras de 1967.

ESFORÇOS DE PAZ ENTRE ISRAELITAS E PALESTINIANOS

3. À luz do persistente impasse nas negociações directas e indirectas entre os palestinianos e Israel, o ritmo de assentamentos aumentou dramaticamente e a construção de assentamentos continuou em todas as localidades na Cisjordânia. Israel está a confiscar e a saquear a responsabilidade palestiniana, mantendo o bloqueio da cidade de Jerusalém, isolando-a completamente da Cisjordânia ocupada, comprometendo assim seriamente o processo de paz.

4. Daí, a causa Palestina em todos os seus aspectos, actualmente, enfrenta a sua etapa crítica, visto que Israel continua a rejeitar a opção de paz, aproveitando todas as oportunidades para reforçar a sua postura extremista contra a paz, agindo no terreno, especialmente depois de a Palestina ter sido admitida na Assembleia Geral das Nações Unidas como Observadora.

5. Uma rápida observação às acções israelitas nos territórios palestinianos ocupados, confirma que a rejeição de uma paz justa e global, em conformidade com as resoluções da legalidade internacional e a Iniciativa de Paz Árabe, é

uma estratégia deliberada por parte de Israel. Não há dúvida nenhuma de que a ocupação de Jerusalém, os seus locais sagrados, sejam eles cristãos ou muçulmanos, é um alvo perigoso definido por Israel, com a promulgação de leis racistas que perpetuam os assentamentos. Colonos são encorajados a agressões brutais sobre os palestinianos e suas propriedades. Por outro lado, o desafio da comunidade internacional e a não conformidade com as resoluções da legalidade internacional, do direito internacional e direito internacional humanitário, tornou-se a característica principal do governo israelita, que ataca qualquer parte que critica a judaização e as violações de territórios palestinianos. Isso é confirmado pelas declarações de oficiais israelitas e, em particular, o discurso de Netanyahu no passado dia 25 de Janeiro de 2013, na sequência das eleições em Israel, no qual salientou que a era da remoção de assentamentos e de concessões terminou para sempre, além de outras declarações públicas israelitas, confirmando as construções contínuas de Israel na cidade de Jerusalém e que esta permanecerá para sempre a capital de Israel.

6. Estas declarações públicas de Netanyahu são uma resposta clara para muitas posições internacionais que condenaram a agressão israelita e criticaram o assentamento e a judaização da terra, minando os esforços para a revitalização do processo de paz, incluindo a declaração e a decisão da 20ª Sessão da Conferência da UA ora mencionadas, que rejeitaram todas as medidas israelitas em Jerusalém Oriental e denunciaram práticas de assentamentos e colonatos contra o povo palestiniano. A Conferência também rejeitou todos os anúncios de Israel para estabelecer novas unidades nos assentamentos, especialmente na área (E1), que marca o fim de uma solução assente na coexistência de dois Estados. Isso requer pressão da comunidade internacional sobre Israel, para abandonar a sua prática de liquidação contínua se de facto quiser que esta solução seja viável.

7. Não obstante os Estados Unidos terem votado contra o reconhecimento do Estado da Palestina como observadora nas Nações Unidas e contra a decisão do Conselho de Segurança, em Dezembro de 2012, condenando a política de colonatos Israelita, o mesmo ainda tem um papel a desempenhar, devendo ser eficaz e justo ao promover o processo de paz na região, especialmente à luz da visita do Presidente dos EUA, Barack Obama, em 20 de Março de 2013.

8. Após a nomeação do Senador John Kerry como Secretário dos Negócios Estrangeiros, observadores políticos esperam uma acção para fazer avançar o processo de paz, com base no seu discurso subsequente à aprovação pelo Congresso da sua nomeação para o novo Cargo, em 2 de Fevereiro de 2013, sobre a possibilidade de mudar a forma de negociações e confirmar que a

solução assente na coexistência de dois Estados é a opção existente e que a exclusão desta opção afectaria o avanço do processo de paz. Além disso, houve outras visitas de altos funcionários dos EUA à região, incluindo a visita do Secretário de Estado, de 24 de Fevereiro a 03 de Março de 2013 e a esperada visita do Presidente dos EUA, a iniciar em 20 de Março.

9. A Liga dos Estados Árabes considera que a obtenção pela Palestina do estatuto de País não-membro (Observador) nas Nações Unidas, é um ganho diplomático e representa uma mudança estratégica na questão Palestiniana, que requer uma nova abordagem nas futuras negociações israelo-palestinianas, ou seja, entre um Estado ocupado e o Estado da autoridade de ocupação e confirma que os territórios palestinos são territórios ocupados e não territórios em litígio, segundo Israel.

10. Neste contexto, e com vista a activar a Comissão de Iniciativa de Paz Árabe para fazer avançar o processo de paz, a Comissão lançou na sua reunião realizada em Doha, em 9 de Dezembro de 2012, uma decisão apelando para: “a criação de uma delegação ministerial árabe, presidida por S.E. o Primeiro-ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Estado de Qatar, com a participação do Secretário-geral da Liga Árabe e os Estados-membros que assim o desejarem, a proceder a consultas com o Conselho de Segurança, os Estados Unidos, a Rússia, a China e a União Europeia concordam sobre mecanismos e convidar a comunidade internacional para apoiar o lançamento de negociações sérias, incidindo sobre a implementação das resoluções da ONU, especialmente, as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança, nomeadamente as resoluções Nº 242 de 1967 e Nº 338 de 1973, num período de tempo determinado. Para o efeito, solicitou ao Secretário-geral para estabelecer um grupo de trabalho encarregue de preparar as etapas executivas necessárias para esta acção”.

11. A Liga dos Estados Árabes acredita que o sucesso dos esforços do processo político requer uma vontade internacional eficaz, capaz de pôr termo à ocupação israelita dos territórios árabes ocupados em 1967 e permita a autodeterminação do povo palestino e exercer a soberania nacional no território do Estado independente da Palestina, com Jerusalém como sua capital nas fronteiras de 1967. A liga também acredita que, sem essa vontade, a paz não será alcançada e o processo político congelado não vai ser reactivado, tendo em conta as constantes violações israelitas de resoluções da ONU e das normas do direito internacional, e a prossecução do seu assentamento, completando o muro do apartheid, os planos de judaização de Jerusalém ocupado, a agressão em locais sagrados cristãos e muçulmanos e mantendo o controlo e a hegemonia sobre os recursos do povo palestino. Isto visa paralisar a sua capacidade institucional de prestação de serviços aos palestinianos e enfraquecer a sua capacidade de resistência. A comunidade internacional deve intervir com urgência e imediatamente, para salvar as vidas

de prisioneiros que entraram em greve de fome, forçar Israel a libertá-los imediatamente, cancelar a detenção administrativa e respeitar os direitos dos prisioneiros doentes e crianças, assim como os membros do Conselho Legislativo, conforme assegurado por todos os princípios do direito internacional e o direito humanitário internacional e a Convenção de Genebra.

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO NOS TERRITÓRIOS PALESTINIANOS OCUPADOS, INCLUINDO JERUSALÉM:

12. Após o reconhecimento internacional da Palestina como Estado Observador Não-membro nas Nações Unidas, em 29 de Novembro de 2012, os territórios palestinos ocupados testemunharam uma perigosa escalada israelita nos domínios político, económico e social, dado que Israel apressou-se a anunciar o início da implementação de um plano de ataque mais profundo na Cisjordânia ocupada, tendo como alvos Jerusalém Oriental ocupado e, em particular, os seus subúrbios. O governo israelita aprovou planos para a construção de quase três mil unidades habitacionais na cidade ocupada. Em 19 de Dezembro de 2012, o Comité israelita de Planificação aprovou a criação de 2610 unidades habitacionais nos arredores do assentamento de Givat Hamtos, no sul de Jerusalém Oriental, “que é o primeiro distrito de assentamentos, anunciado há 12 anos atrás, antes de ter construído qualquer assentamento nesta zona”.

13. Na mesma linha, o Comité israelita de Planificação e Construção de Assentamentos aprovou a criação de 1500 unidades habitacionais no Assentamento de Ramat Shlomo, na localidade de Givat, ao norte de Jerusalém e o confisco de 1200 hectares para a implementação do Plano (E1), um sistema cuja apresentação em 2010, durante uma visita do Vice-presidente americano, Joe Biden a Israel, levantou a ira e a oposição da Administração dos Estados Unidos ao mesmo. Isso indica o perigo da implementação destes regimes de assentamentos supracitados.

14. A superfície da área E1 é de aproximadamente 12 quilómetros quadrados, e sendo uma área geograficamente sensível para o futuro do Estado Palestino Independente com Jerusalém Oriental como sua capital, isto personifica o foco de uma escalada do conflito entre Israel e o Estado da Palestina, bem como uma crescente discordância entre Israel e seus aliados ocidentais, uma vez que o estabelecimento de assentamentos na região, ameaça a solução assente na coexistência de dois Estados. Planos de assentamento na área E1 isolará Jerusalém Oriental ocupado do seu ambiente palestino, dividirá a Cisjordânia ocupada, impedindo o estabelecimento de um Estado palestino viável, complicando ainda mais os esforços para a determinação dos parâmetros de um Estado palestino coerente e dificultando a comunicação entre comunidades palestinas ao redor desta região, o que significa a eliminação da paz no Médio Oriente.

15. Numa resposta popular palestina relativamente ao assentamento israelita lançado na área E1, cerca de 200 palestinianos organizaram manifestações pacíficas, tendo alguns deles mostrados documentos que comprovam a sua propriedade privada de terras nessa área. Eles estabeleceram uma aldeia de tendas sob o nome de (Vila de Bab El-Shams), mas foi atacada por soldados israelitas, que prenderam dezenas deles e declararam a área como uma zona militar.

16. Os Palestinos também criaram outra aldeia de tendas chamada Vila da Dignidade, em Jerusalém Oriental na terra ameaçada pela confiscação visada a concluir a construção do Muro do Apartheid, mas as barracas foram novamente destruídas pelas forças de ocupação e seus ocupantes deslocados.

17. O estabelecimento destas aldeias constituem um elo importante na resistência contra a ocupação e o estabelecimento de forma inovadora, requerendo esforços concertados para proporcionar aos palestinianos os meios de resistência, particularmente na cidade ocupada de Jerusalém, que está testemunhando um ataque feroz para alterar as suas características geográficas e demográficas, prejudicar os seus locais cristãos e islâmicos sagrados, alvejando a existência de cidadãos palestinianos nestes locais.

18. Por outro lado, durante o período em revista, as forças de ocupação israelitas intensificaram as incursões e invasões e prenderam cidadãos palestinianos, diariamente, ao longo da Margem Ocidental (Cisjordânia), especialmente nas áreas classificadas de (c) e as áreas próximas a assentamentos e ao caminho do Muro do Apartheid, com o objetivo de esvaziá-las dos seus residentes palestinianos e confiscá-las para projectos de expansão de assentamentos. o Escritório Central Palestino de Estatísticas divulgou um relatório indicando que o número de colonos na Cisjordânia ocupada em 2012, atingira mais de 650.000, distribuídos em 144 assentamentos.

19. As forças de ocupação israelitas continuam a erguer postos de controlo militares, atingindo mais de 500 fixados na Cisjordânia, utilizados como armadilhas para civis palestinianos detidos em dezenas todos os anos, enquanto que várias outras dezenas foram expostas a actos de abuso, humilhação e tratamento desumano. Estes postos de controlo também constituem um obstáculo à circulação de mercadorias palestinianas, daí o aumento do fardo económico enfrentado pelos cidadãos palestinianos.

20. Importa ressaltar aqui que as autoridades de ocupação israelitas continuam a exercer todo o tipo de violações contra cerca de 4500 prisioneiros palestinianos, incluindo quase 198 crianças, 7 mulheres prisioneiras, 215 administrativos detidos sem acusação ou julgamento e 14 membros do Conselho Legislativo, em flagrante violação dos princípios do direito

internacional e dos direitos humanos, os direitos da criança e da mulher, e das Convenções III e IV de Genebra. O martírio de um prisioneiro sob tortura alguns dias após a sua detenção, gerou reações violentas nos territórios palestinos ocupados, onde enormes comícios foram lançados e confrontos eclodiram com as forças de ocupação, resultando no ferimento e a detenção de vários activistas palestinos.

21. Também, durante o período em análise, Israel confiscou fundos de impostos palestinos que recolhe em nome da Autoridade Nacional Palestiniana, levando a uma crise financeira persistente, com repercussões económicas e sociais sobre o povo palestino nos territórios ocupados, como punição ao sucesso da liderança palestina na obtenção pela Palestina do estatuto de Estado Observador Não-membro das Nações Unidas.

22. Neste sentido, o Conselho da Liga dos Estados Árabes, a nível ministerial, realizou uma sessão extraordinária em 13 de Dezembro de 2013, e passou uma resolução condenando Israel pela retenção de fundos palestinos, o que constitui uma pedra angular da economia palestina, e convidou a comunidade internacional para reagir imediatamente, obrigando Israel a libertar os fundos de impostos palestinos retidos, originando a privação a mais de 1 milhão de palestinos da sua subsistência diária. O Conselho exortou igualmente os países árabes a uma rápida implementação da rede de segurança financeira de 100 milhões de dólares mensais, para a Autoridade Palestiniana, agendada desde Março de 2012.

RECOMENDAÇÕES:

23. Seguindo a prática da Conferência da UA de passar uma decisão em solidariedade com a luta do povo palestino, propomos que a resolução inclua o seguinte:

- a. Apoiar a posição árabe, afirmando que a obtenção pela Palestina do estatuto de Estado Observador nas Nações Unidas, significa a confirmação do reconhecimento internacional da Palestina como um Estado de pleno direito, sob a ocupação israelita, tornando-se imperativo que a comunidade internacional ponha fim a essa ocupação e dê início às negociações, que deve ter como referência a implementação de Resoluções das NU, particularmente as resoluções pertinentes 242 de 1967 e 338 de 1973 do Conselho de Segurança, que estipula o fim da ocupação e a retirada de Israel para a demarcação de Junho de 1967, incluindo Jerusalém Oriental, capital da Palestina, num prazo a acordar. Assegurar também a anulação de todas as actividades de assentamentos israelitas, libertar os prisioneiros palestinos em prisões israelitas e apoiar os esforços do Estado da Palestina ocupada para a sua adesão em organismos internacionais e a aderir a protocolos e convenções internacionais.

- b. Apelar à comunidade internacional para exercer pressão sobre Israel para levantar o bloqueio sobre a Faixa de Gaza, abrir as passagens e permitir a construção do porto e a reconstrução do aeroporto e a entrada de materiais de construção, para restaurar o que foi destruído pela recente guerra israelita na Faixa de Gaza.
- c. Condenar o novo projecto de assentamentos conhecido como Projecto E1, que foi aprovado na sequência de uma decisão da Assembleia Geral das NU que concede à Palestina o estatuto de Estado Observador, com o objetivo de dividir a Cisjordânia em duas partes distintas, eliminando assim a solução assente na coexistência de dois Estados e o estabelecimento de um Estado Palestino independente e geograficamente interligados.
- d. Exortar os Estados e instituições que providenciam apoios ao assentamento israelita, a suspenderem o financiamento, dado que isto constitui uma violação do direito internacional e de resoluções da legalidade internacional.
- e. Exortar os Estados e instituições que têm investimentos em companhias, contribuindo para o apoio e financiamento de assentamentos israelitas nos territórios palestinos ocupados, a retirarem os seus investimentos, uma vez que isto constitui uma violação do direito internacional e das resoluções pertinentes da legalidade internacional e compromete o processo de paz.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2013

Report of the commission on the Middle East and Palestine

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4351>

Downloaded from African Union Common Repository